



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANA FABRICIA ROLIM BRASILEIRO

**MATERNIDADE NA VIDA ACADÊMICA: DIFICULDADES DE ESTUDANTES
MÃES DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES**

CAJAZEIRAS – PB

2023

ANA FABRICIA ROLIM BRASILEIRO

**MATERNIDADE NA VIDA ACADÊMICA: DIFICULDADES DE ESTUDANTES
MÃES DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Hercília Maria Fernandes

CAJAZEIRAS – PB

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

B823m Brasileiro, Ana Fabricia Rolim.
Maternidade na vida acadêmica: dificuldades de estudantes mães do
Curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores / Ana Fabricia
Rolim Brasileiro. – Cajazeiras, 2023.
46f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Hercília Maria Fernandes.
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2023.

1. Pedagogia. 2. Mães estudantes – dificuldades. 3. Maternidade.
4. Formação acadêmica feminina. 4. Mulher e maternidade. 5. Estudantes
de Pedagogia. I. Fernandes, Hercília Maria. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 37. 013

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

ANA FABRICIA ROLIM BRASILEIRO

**MATERNIDADE NA VIDA ACADÊMICA: DIFICULDADES DE ESTUDANTES
MÃES DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Aprovado em 19 /06 /2023

BANCA EXAMINADORA

Hercília Maria Fernandes.

Prof.^a Dr.^a Hercília Maria Fernandes (Orientadora / UFCG)

Veruscka Pedrosa Barreto

Prof.^a Dr.^a Veruscka Pedrosa Barreto (Titular / UFCG)

Rozilene Lopes de Freitas

Prof.^a Ms. Rozilene Lopes de Freitas (Titular / UFCG)

CAJAZEIRAS – PB

2023

Este trabalho é dedicado à minha mãe Inês Rolim, que tanto me apoiou e me deu forças para continuar os estudos, mesmo com tantas dificuldades, meu maior exemplo de coragem e minha fonte diária de inspiração.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter atendido as minhas orações, sempre que pedia para me dar forças, coragem e sabedoria para não desistir dos meus estudos ao me tornar mãe e trabalhar. Agradecer à minha mãe, que sempre me apoiou e me ajudou, me incentivou a me formar e ser uma pessoa melhor.

Agradeço ao curso de Pedagogia, por ter me tornado uma pessoa mais humana e a todos os professores e professoras que colaboraram para minha formação, abriram minha mente e me ajudaram a enxergar o mundo de outra forma. A aprendizagem adquirida no decorrer do curso contribuiu de forma enriquecedora para meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço ao meu filho que tanto amo, Caleb Levi, por ter mudado a minha vida para melhor, alegria os meus dias, me faz evoluir constantemente e ter mais maturidade.

Aos familiares em geral, em especial à minha avó Maria Rolim, que sempre perguntou como estava indo o meu curso, sempre se preocupou comigo, além de ter muito orgulho de mim. Sempre será o meu maior exemplo de força e garra.

Por fim, à minha querida orientadora Hercília Maria Fernandes, agradeço pelo suporte dado durante a construção desse trabalho e, principalmente, pela paciência e disponibilidade que teve comigo, para que eu pudesse concluir minha graduação.

“O nascimento do pensamento é igual ao nascimento de uma criança: tudo começa com um ato de amor. Uma semente há de ser depositada no ventre vazio. E a semente do pensamento é o sonho”.

(Rubem Azevedo Alves)

LISTA DE SIGLAS

MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
PB	Paraíba
SCIELO	Scientific Electronic Library Oline
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
UAE	Unidade Acadêmica de Educação
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO

O trabalho discute a temática maternidade na vida acadêmica, e comporta, como objeto de estudo, as dificuldades de estudantes mães do curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores (CFP/UFCG). O objetivo geral do trabalho correspondeu a investigar os principais problemas que as mães estudantes enfrentam ao conciliar estudos e maternidade durante a formação acadêmica. Enquanto objetivos específicos, o trabalho intencionou dialogar com os(as) autores(as) que abordam a temática e o objeto de estudo; conhecer as regras e leis que a Universidade detém sobre maternidade; e, analisar os dados obtidos com a pesquisa. Dada a natureza de certa maneira inédita do objeto de estudo, assim como os objetivos delimitados, a pesquisa se define como exploratória, com apoio da revisão bibliográfica e da pesquisa documental voltadas à problematização e à discussão das categorias “maternidade”, “gênero” e “formação acadêmica”, assim como análise dos dados coletados com a aplicação de questionários. O texto monográfico está estruturado em: Introdução, 2 (dois) Capítulos e Considerações finais. Na introdução, são apresentadas as linhas gerais do trabalho. No primeiro capítulo, os contextos histórico-sociais, biológicos e acadêmicos envolvendo mulher e maternidade. No segundo capítulo, o estudo discorre sobre a metodologia utilizada para orientar e atingir o objetivo da pesquisa, que se insere em uma abordagem qualitativa, por meio de questionários aplicados a uma amostra de alunas e professores(as), assim como contempla a análise dos resultados obtidos. Nas considerações finais, ao reconhecer as dificuldades existentes das estudantes mães ao conciliar maternidade e estudos durante o curso de Pedagogia (CFP/UFCG), o texto visiona algumas propostas que poderiam colaborar para minimizar os problemas identificados.

Palavras-chave: Mulher. Maternidade. Formação acadêmica. Curso de Pedagogia.

ABSTRACT

The work discusses the theme motherhood in academic life, and includes, as an object of study, the difficulties of student mothers of the Pedagogy course at the Teacher Training Center (CFP/UFCG). The general objective of the work corresponded to investigating the main problems that student mothers face when reconciling studies and motherhood during academic training. As specific objectives, the work intended to dialogue with the authors who approach the theme and the object of study; know the rules and laws that the University holds about maternity; and, analyze the data obtained from the research. Given the somewhat unprecedented nature of the object of study, as well as the defined objectives, the research is defined as exploratory, supported by a bibliographical review and documentary research aimed at problematizing and discussing the categories "motherhood", "gender" and "academic life", as well as analysis of data collected with the application of questionnaires. The monographic text is structured in: Introduction, 2 (two) Chapters and Final Considerations. In the introduction, the general lines of the work are presented. In the second chapter, the historical-social, biological and academic contexts involving women and motherhood. In chapter three, the study discusses the methodology used to guide and achieve the objective of the research, which is part of a qualitative approach, through questionnaires applied to a sample of students and teachers, as well as contemplates the analysis of results obtained. In the Final Considerations, by recognizing the existing difficulties of student mothers in reconciling motherhood and studies during the Pedagogy course (CFP/UFCG), the text envisions some proposals that could collaborate to minimize the identified problems.

Keywords: Woman. Maternity. Academic education. Pedagogy Course.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 MULHER E MATERNIDADE: CONTEXTO SOCIAL, BIOLÓGICO E ACADÊMICO.....	13
2.1 MULHER E SUAS EMANCIPAÇÕES.....	13
2.2 MULHER E MATERNIDADE.....	18
2.3 SER MÃE NO CONTEXTO ACADÊMICO.....	21
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS.....	26
3.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	29
3.2 SER ESTUDANTE E MÃE: DESAFIOS E APOIO DA UNIVERSIDADE....	28
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICES.....	42
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO ÀS DICENTES.....	42
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIOS AOS(ÀS) DOCENTES.....	45

1 INTRODUÇÃO

Diante das necessidades, as pessoas buscam crescimento profissional e pessoal, a inserção no ensino superior é uma forma de buscar evolução. Dentro do contexto universitário, as mulheres buscam, por questões conhecidas historicamente acerca das desigualdades de gênero, emancipação em todas as esferas sociais, sobretudo, dentro da universidade.

Nota-se que, com a chegada de um filho, a maioria das mulheres idealiza e estabelecem expectativas da maternidade dominantes na sociedade. Deste modo, criam sentimentos contraditórios que levam a desequilíbrios e alteração de identidade. Dessa forma, “[...] supõe-se que a mulher, por ser quem gera os filhos, desenvolve um amor inato pelas crianças e fica sendo a pessoa melhor capacitada para cuidar delas” (FALCKE; WAGNER, 2005, p. 9). Observa-se que os conceitos ligados à maternidade, estão culturalmente centrados no mito de mãe perfeita.

Paim (1998, apud OLIVEIRA, 2008) aponta que maternidade e gravidez não estão relacionadas apenas a fatores biológicos, mas, a fenômenos culturais, afetivos e sociais. De fato, a gestação ocorre dentro do corpo feminino, mas os significados e responsabilidades são formados dentro da sociedade em que a mulher está inserida. A Universidade tem um papel importante no percurso do crescimento pessoal e profissional da mulher, torna-se um suporte para alcançar os objetivos.

Guedes (2008) afirma que entre os formandos mais novos das Universidades, a maioria são mulheres, desconstruindo o paradigma de que a universidade é um espaço masculino. No entanto, quando a estudante engravida ao decorrer do curso, ocorrem também dificuldades nesse processo. Ser mãe vai além da gestação e dos fenômenos biológicos, pois os fenômenos afetivos marcam a ligação entre a mãe e o bebê. Neste sentido, a Universidade deve contribuir para que a maternidade seja menos desafiadora e com mais apoio para as discentes que estão nessa situação.

O direito à educação é fundamental e social, que deve ser possibilitado para todos, não apenas o acesso, mas a permanência do estudante. De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), no seu artigo 206, em que estabelece que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Entretanto, a gravidez tem levado mulheres a desistirem dos estudos.

O abandono do curso comumente ocorre por conta das dificuldades em conciliar maternidade e vida acadêmica e por terem que fazer mais de uma função. A insegurança ao deixar o bebê em casa para retornar as aulas, o cuidado com a amamentação, a falta de ajuda, entre outros fatores fazem com que adie ou desista dos estudos.

Por esses fatores, manifestou-se a necessidade de investigar essa realidade e a curiosidade em saber como as estudantes mães conciliam vida acadêmica, maternidade e outras tarefas. Por ser um assunto pouco estudado e não muito explorado no meio acadêmico, causou inquietação e a vontade de explorar, repensar e refletir esse assunto, que é muito importante para o processo de formação pedagógica.

Desse modo, o trabalho discute a temática “maternidade na vida acadêmica” e comporta, como objeto de estudo, “as dificuldades de estudantes mães do curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores (CFP/UFCG)”. O objetivo geral da investigação correspondeu a investigar os principais problemas que as mães enfrentam ao conciliar estudos e maternidade, buscando entender, também, como os professores lidam com as atividades domiciliares e o atendimento às alunas. Os objetivos específicos são: dialogar com os autores que abordam sobre o tema; conhecer as regras e leis que a Universidade detém sobre maternidade; e, analisar os dados obtidos com a pesquisa.

Assim, esse processo envolve a análise sobre a assistência universitária a alunas que se tornaram mães, às suas experiências nesse período de conciliação e desafios enfrentados. Dessa maneira, a principal justificativa da pesquisa está na contribuição para o processo acadêmico das mulheres, que se tornam mães enquanto estão na educação superior. Além disso, o resultado da pesquisa poderá contribuir para comunidade científica, profissionais da educação e a própria instituição, trazendo um novo olhar para essa realidade que as mães discentes vivenciam.

Dada a natureza de certa maneira inédita do objeto de estudo, assim como os objetivos delimitados, a pesquisa se define como exploratória, com apoio da revisão bibliográfica e da pesquisa documental voltadas à problematização e à discussão das categorias “maternidade”, “gênero” e “formação acadêmica”. Assim, no tocante à revisão de literatura, que buscou se aprofundar nas problemáticas da maternidade enquanto construção social, delimitada pelas configurações histórico-sociais

envolvendo a categoria gênero, assim como discutir a formação de mulheres mães no contexto universitário, o trabalho agrega as discussões propostas pelos(as) seguintes autores(as): Barbosa (2007), Beauvoir (1970), Bourdieu (2002), Carneiro (2003), Coutinho (2014), Godridge (2011), Guedes (2008), Louro (1997), Matos; Borelli (2012), Melo; Lopes (2012), Paim (1998), Prates; Gonçalves (2019), Sampaio (2008), Scott (2005), Silva (2000), Urpia; Sampaio (2011), Urpia (2009), entre outros.

No tocante à pesquisa documental, o estudo envolveu o exame das seguintes fontes oficiais: Plano Nacional da Educação; Lei Federal Nº 202, de 17 de abril de 1975, instituído pelo Decreto Lei n. 1044, de 21 de outubro 1969; Lei Federal Nº 202, de 17 de abril de 1975, que deferiu sobre os exercícios domiciliares, determinados pelo Decreto-Lei nº 1044, de 21 de outubro 1969; Resolução Nº 26/2007 que homologa o Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal de Campina Grande; Resolução Nº 11/2009, que altera a estrutura curricular do Curso de Graduação em Pedagogia do Centro de Formação de Professores–Campus de Cajazeiras (UFCG); além de dados obtidos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), acerca da situação de estudantes mães no curso de Pedagogia (CFP/UFCG), no período de 2016 até maio de 2021.

Sendo a pesquisa de natureza qualitativa, devido à pandemia do novo Corona vírus, a coleta de dados seguiu de forma *online*, com aplicação de questionários para 5 (cinco) estudantes do curso de pedagogia, do Centro de Formação de Professores, e entrevistas para 3 (três) professores, da mesma Instituição.

Para tanto, buscando uma organização, o texto monográfico está estruturado em: Introdução, 2 (dois) Capítulos e Considerações finais. Na introdução, são apresentadas as linhas gerais do trabalho. No primeiro capítulo, são debatidos os contextos histórico-social, biológicos e acadêmicos envolvendo mulher e maternidade, abordando questões acerca da relação entre mãe e filho, lutas, conflitos, desigualdade de gênero, entre outros aspectos. O segundo capítulo, por sua vez, discorre sobre a metodologia, que se insere em uma abordagem qualitativa, por meio de questionários aplicados a uma amostra de alunas e professores(as), assim como contempla a análise dos resultados obtidos. Nas Considerações finais, ao reconhecer as dificuldades existentes das estudantes mães ao conciliar maternidade e estudos durante o curso de Pedagogia (CFP/UFCG), o texto visiona algumas propostas que poderiam colaborar para minimizar os problemas identificados.

MULHER E MATERNIDADE: CONTEXTO SOCIAL, BIOLÓGICO E ACADÊMICO

Este capítulo aborda os seguintes temas: Mulher e suas emancipações; maternidade: relação entre a mãe e filho e a luta das mães estudantes para se manterem na Universidade. Propõe refletir o processo histórico e biológico das mulheres por meio da categoria “gênero”, com maior ênfase da maternidade enquanto construção social, a fim de destacar os conflitos, as desigualdades entre gêneros, as contribuições do feminismo e os desafios de ser mãe no universo acadêmico, desde a gravidez.

2.1 MULHER E SUAS EMANCIPAÇÕES

Pensar a mulher mediante as condições de existência social requer que se investigue a categoria gênero. Ao falar de gênero, por sua vez, logo manifesta-se a questão da desigualdade entre masculino e feminino. Assim, para a discussão proposta nesse trabalho, a definição de gênero é importante para melhor entender as discriminações e desigualdades que afetam a vida das mulheres.

Segundo Louro (1997), gênero tem relação com as categorias sociais historicamente construídas, atribuindo diferentes maneiras de estar no mundo a homens e mulheres. O termo “gênero” é usado para determinar as relações e ações sociais entre os sexos. Além disso, é um termo usado para designar construções sociais. Diferentemente do conceito de “sexo”, que está relacionado a fatores biológicos, melhor dizendo:

O conceito pretende se referir ao modo como as características sociais são compreendidas e representadas. Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino obriga. [...] levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos. [...] o conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos (LOURO, 1997, p. 22-23).

Sendo assim, ao debater sobre gênero, é preciso entender os papéis que mulheres e homens exercem em sociedade, enfatizando as discriminações e desigualdades nas quais as mulheres sofrem, sejam nos âmbitos: políticos,

econômicos e educacionais. Através da reflexão sobre gênero pode-se observar as desvantagens das mulheres em relação aos homens na sociedade.

Após analisar essas reflexões, trazendo para o contexto do curso de Pedagogia, que é um curso majoritariamente feminino, relacionando com o papel atribuído às mulheres, o papel da maternidade e cuidado com os filhos, por essas questões é um curso atribuído às mulheres. Destacando que, mesmo sendo um curso em que seu público maior é o feminino, há distinção de gênero nas escolas, por exemplo, quando os educadores fazem diferenciação de cores (azul para menino, rosa para menina) ou nas brincadeiras e atividades físicas, nas quais as meninas são atribuídas atividades simples e frágeis, enquanto os meninos com atividades pesadas e de habilidades (LOURO, 1997).

Simone de Beauvoir (1970) retrata as desigualdades existentes entre os gêneros e fala sobre a distinção negada pela classe masculina, a classe dominante. Os homens dizem que não há diferença entre os gêneros e culpam as mulheres por serem inferiores a eles, e que essa inferioridade vem da própria natureza. Em contrapartida, quando os gêneros entram em confronto a realidade é outra, a situação é invertida, o homem diminui a mulher fazendo com que a autoridade dela seja enfraquecida e a sua evidenciada. Melhor dizendo:

[...] homens afirmam quase com boa-fé que as mulheres são iguais aos homens e nada têm a reivindicar, e, ao mesmo tempo, que as mulheres nunca poderão ser iguais aos homens e que suas reivindicações são vãs (BEAUVOIR, 1970, p. 20).

O homem em sociedade organiza-se através de processos históricos determinados pelo meio em que se estabelecem relações de convívio, o processo por qual a mulher foi inserida por determinismos mitológicos (a mulher como “serva” do homem), e por determinismos biológicos elucidados pela autora Simone de Beauvoir (a fêmea como serva do macho), compreende-se assim a elaboração do *modus operandi* social da mulher na história. Um processo de temporalidades divergentes que vieram se moldando, mas sempre enraizados na essência, de que o comportamento feminino é estabelecido pela figura do masculino.

Para Simone de Beauvoir (1970), a mulher é considerada pela cultura dominante um ser secundário, pois foi criada depois do homem. Adão era apenas um ser qualquer, mas quando Deus criou Eva conquistou a perfeição do ser

humano. Ele a criou para que Adão saísse da solidão, e para que um completasse o outro. O homem busca na mulher o seu semelhante, mas precisamente:

Ele a explora, mas ela o esmaga, ele nasce dela e morre nela; é a fonte de seu ser e o reino que ele submete à sua vontade; uma ganga material em que a alma se encontra presa, e é a realidade suprema; é a contingência e a ideia, a finidade e a totalidade; é o que se opõe ao Espírito e o próprio espírito (BEAUVOIR, 1970, p.184).

A história nos mostrou que os homens sempre possuíram poder em relação às mulheres, desde os primeiros tempos, acharam útil manter a mulher sob estado de dominação: “[...] elas aceitavam a soberania do homem e este não se sentia ameaçado por uma revolta que o pudesse transformar, por sua vez, em objeto” (BEAUVOIR, 1970, p.181).

Simone de Beauvoir (1970) problematiza a mulher como esposa, mãe e ideia. Essas figuras ora se opõem, ora se confundem. O papel feminino estabelecido é a mulher como esposa. Da antiguidade até a idade média, as atividades das mulheres eram rigidamente limitadas, apenas cuidavam da família e dos serviços domésticos. Além de realizar as exigências do marido, “[...] realizado na casa, lugar da natureza cultivada, da dominação legítima do princípio masculino sobre o princípio feminino [...]” (BOURDIEU, 2002, p. 14).

Em contrapartida, as ocupações dos homens eram mais amplas, trabalhavam fora, ingressavam na política, economia e interações sociais. Os maridos tinham total domínio sobre suas esposas, que eram vistas como inferiores e frágeis. Sobre essa inferioridade, Bourdieu enfatiza:

As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, veem ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhe são destinados pela razão mítica, isto é, os que levam a lidar com a água, a erva, o verde (como arrancar as ervas daninhas ou fazer jardinagens), com o leite, com a madeira e, sobretudo, os mais sujos, os mais monótonos e mais humildes (BOURDIEU, 2002, p.20).

Conduzidas apenas a trabalhos domésticos e cuidados com os filhos, a cultura dominante masculina gerou nas mulheres complexos de inferioridade. A ideia de que o sexo feminino é mais frágil, manifestou nos homens acréscimo de poder socialmente. Com a revolução da França, houve uma quebra de paradigma no modo de sobrevivência das pessoas, o que se busca é igualdade, entre o povo, ou entre

os gêneros, mas o que é intrínseco em todas as temporalidades históricas não se desfaz com a tomada da Bastilha. O papel da mulher no modelo capitalista está sempre sob o julgo, a aprovação e o controle do caráter masculino, restando para elas funções pelas quais o homem não se compatibiliza, sendo o início da marginalidade do papel feminino nesta nova organização social; considerando que:

Com a saída das mulheres do espaço privado para o público, como decorrente das duas guerras mundiais, da industrialização e do movimento feminista que ora tentava se firmar, o resultado foi uma verdadeira avalanche de pesquisas, discussões e redefinições de papéis sociais cujo gênero foi tomado como ponto de partida para a discussão, e herdeiro dos gender's studies (SILVA, 2000, s/p).

Os homens além de deterem o poder, também detinham total dominação. Assim: “Às mulheres, restava apenas a possibilidade de utilização de estratégias de influência que elas podiam recorrer quando precisassem ou desejassem exercer o poder” (MELO; LOPES, 2012, p. 650). Essas diferenças entre as posições de poder foram perpetuadas culturalmente e institucionalmente.

Quando a mulher decide que, tradicionalmente, não quer ser mais dominada pelo homem, ocorre o empoderamento feminino. Melo (2012) enfatiza que empoderamento não é um seguimento igual para todas as mulheres, já que não existem projetos, fórmulas ou receitas que orientem a mulher a se empoderar. É um processo moldado para cada pessoa, baseado em suas experiências, histórias e contextos, assim, ocorrendo conforme a posição de sujeição de cada uma nos níveis familiar, profissional e pessoal.

O termo empoderamento evidencia o sentido de controle, emancipação e busca do poder social e político. Dessa forma, pessoas empoderadas mantêm o controle das suas próprias vidas, e planejam seu futuro como forma de mudança almejada, sem depender de ninguém. Para que ocorressem esses processos de autonomia nas mulheres, houve algo que resultou em inúmeras conquistas, o movimento feminista.

Entre os anos de 1960 e 1970, os movimentos feministas, no Brasil, tiveram grandes destaques e alavancaram muitos avanços em prol das mulheres. Cerca de 80% das reivindicações foram introduzidas na Constituição Federal de 1988. Esses progressos ajudaram na democratização do país. Percebe-se que, com o tempo, a sociedade está constantemente mudando, transformações culturais, modo de vida e comportamentos das pessoas estão alterando, conforme as condições do próprio

tempo. Dessa forma, os modos de submissão e limitações também mudaram, mas precisamente:

Considerando que a própria sociedade e também a história sofrem processos de mudanças constantes, aos poucos, as mulheres passaram a se organizar na tentativa de alterarem o quadro de submissão e limitações com o qual têm sido confrontadas há tempos, seja fortalecendo o movimento feminista, seja mediante sua inserção no mercado de trabalho, ou adotando posturas menos conformistas diante das assimetrias de gênero com as quais têm convivido (LOPES; GOMES, 2012, p. 654).

As conquistas do movimento feminista foram várias, dentre elas, o combate à violência sexual e doméstica, além da criação de órgãos destinados ao combate a discriminação contra as mulheres. O resultado dessas conquistas foi a criação de leis, instituições e delegacias especializadas no atendimento à mulher em situação de violência. Além disso, tem ajudado diversas mulheres nos dias atuais a procurar ajuda ao sofrerem qualquer tipo de violência (CARNEIRO, 2003).

Quanto mais o movimento feminista crescia, os debates acerca dos papéis sociais aumentavam, tanto para as mulheres como para os homens. De acordo com Silva (2000), “[...] na medida em que esta discussão passou a ser tomada sob o ponto de vista feminino, passou-se a ficar mais delimitado e fortalecido a representação da mulher enquanto ser social”.

Cada avanço que as mulheres lutavam em busca dos seus direitos e cidadania, uma nova qualidade na sociedade iniciava-se. Os comportamentos não eram mais os mesmos; em outras palavras: “[...] a forma de vestir, de falar, de se comportar, já não mais se sustentariam por si só. Até mesmo uma possível quantidade de feminilidade já passava a ser admitida pelos homens” (GOMES, 2000, p. 116).

Apesar de tantas conquistas, tais progressos ainda são insuficientes. Percebe-se que ainda há muito para conquistar em nossa sociedade em relação aos direitos das mulheres. Ser mulher, infelizmente, ainda é motivo para passar por situações de violência e assédio no cotidiano.

As feministas fizeram uso da palavra “gênero” de forma mais séria, ou seja, como uma forma de relacionar a organização social entre os sexos. Houve uma grande proliferação nos estudos sobre mulheres, os pesquisadores feministas buscam compreender as desigualdades entre os gêneros, experiências sociais diferentes, entre outros. Para eles, a desigualdade entre os sexos está nas relações

desiguais. Enquanto os pesquisadores antifeministas acreditam que não há desigualdade e que a história das mulheres é resumida apenas na família tradicional e no sexo, deixando de lado a participação feminina na política, na economia e na Revolução francesa (SCOTT, 1995).

As mudanças ocorridas nos comportamentos femininos não foram para se igualar ao comportamento masculino, mas para buscar igualdade entre os gêneros. A Universidade e a educação têm um papel fundamental nessas mudanças ocorridas ao longo do tempo; haja vista que:

A educação feminina vem contribuindo, consideravelmente, para essa mudança, seja na expansão nos níveis educacionais ou na maior oferta de cursos superiores, preparando-as e qualificando-as adequadamente para o mercado de trabalho (MELO; LOPES, 2012, p. 654).

Correia (1998) considera que o século XXI tem um marco importante, pois originou uma nova mulher: mãe, educadora e criadora da sociedade futura. Hoje, muitas mulheres são independentes financeiras, são formadas em cursos que eram destinados apenas ao sexo oposto, conseguem ser mães, estudantes e trabalhadoras ao mesmo tempo, e buscam construir a própria identidade, não mais sendo dominadas ao que é imposto, mas buscando seu próprio caminho e traçando metas, através da força e capacidade.

2.2 MULHER E MATERNIDADE

Gravidez e maternidade são temas bastante relevantes, não abrangem apenas fatores biológicos, mas também aspectos que são construídos culturalmente, historicamente, socialmente e afetivamente. Todavia: “Ainda que as experiências da maternidade e da gravidez sejam experiências sociais, são percebidas pelos indivíduos como meramente naturais” (DUARTE; LEAL, 1998, p. 33).

A gravidez é o meio de sobrevivência da vida humana, representa a origem de um novo ser. Inicia-se com a concepção e termina com o parto, depois de aproximadamente 40 semanas. É um período que provoca várias transformações no corpo e na mente, exigindo preparação física e principalmente psicológica, tanto da mãe, como das pessoas próximas. (COUTINHO *et al.* 2014).

No contexto atual, a maioria das mulheres possuem outros interesses, como carreira profissional e acadêmica, e não estão restritas apenas à maternidade. No entanto, esse fato tem orientado várias mulheres a questionarem pontos relativos ao que sentem, querem e pensam, contudo, fazendo uma avaliação das suas experiências, tentando deixar menos rígido o padrão exigido pela sociedade. Desse modo, Azevedo enfatiza que:

O problema, porém, é que as mulheres de hoje, já não são preparadas, não sabem e nem querem cuidar dos seus filhos como suas mães faziam. Elas têm outros interesses, desejos, informações, expectativas e, sobretudo outras alternativas para se realizarem como mulher, que não estão mais restritas à maternidade (2006, p. 270).

As convicções de maternidade de hoje são diferentes em relação a contextos anteriores. Houve mudanças no comportamento feminino, influenciadas através das diversas conquistas femininas. Muitas decidem desenvolver outras ocupações e não optam por terem filhos. Em contrapartida, existem mães que se sentem culpadas por ficarem distantes de seus filhos por muito tempo, para se dedicarem a atividades profissionais e/ou acadêmicas. Esse sentimento de culpa às vezes é causado devido a crença de que a maternidade é de compromisso e responsabilidade apenas da mulher.

A maternidade, na maioria das vezes, continua sendo vista como uma vivência de exclusividade feminina. Em discursos idealizadores sobre maternidade se esquecem, frequentemente, de incluir a figura paterna, para os homens permanece a posição de ajudantes nesse processo, no qual deveria ser igualitário aos dois. Em meados do século XX, o movimento feminista exigia a igualdade de direitos políticos e econômicos e o reconhecimento da maternidade, o valor era visto como igual, se não mais elevado, as atividades exercidas pelos homens. No contexto atual, nota-se que mulheres de diferentes posições sociais e profissionais agem como se estes direitos fossem, realmente, responsabilidade exclusivamente das mulheres, mostrando que o preconceito de gênero é reproduzido em ambos os sexos, ao longo dos tempos históricos (THÉBAUD, 1991).

Para Simone de Beauvoir (1970), a maternidade começou a ser aceita socialmente, quando o espaço privado começou a ser familiar e, por conseguinte, da mulher. A condição de genitora, por parte da mulher, explicaria a divisão do trabalho entre os gêneros e a dominação do homem sobre a mulher.

Quando se trata de maternidade, é importante salientar a realização feminina, pode estar associada a fatores culturais, tendo em vista que desde pequenas as meninas são educadas e influenciadas para se tornarem mães. De acordo com Azevedo:

Desde a infância as meninas treinam o papel de boa mãe, segundo o qual a mulher deve ser capaz de enormes sacrifícios, entre eles ser amável, tranquila, compreensiva, terna, equilibrada, acolhedora, feminina em tempo integral! Espera-se um ideal, um modelo de mãe perfeita, uma imagem romanceada da maternidade construída ao longo dos últimos séculos, que está alicerçada sob um rígido padrão incapaz de admitir qualquer vestígio de sentimentos ambivalentes nas mães (2006, p. 269).

A maternidade pode gerar expectativas predominantes na sociedade, as mudanças existentes podem causar desequilíbrio e crises de identidade. No contexto cultural, percebe-se que há uma imagem idealizadora da maternidade, causando na maioria das mulheres sentimentos incompatíveis e contraditórios. Nota-se que, culturalmente, os conceitos relativos à maternidade estão ligados ao “mito da mãe perfeita” (PRATES; GONÇALVES, 2019).

A experiência da gravidez e maternidade traz benefícios para as mulheres, possibilitando o desenvolvimento psíquico, expansão da personalidade e amadurecimento. O modo como uma mulher conduz a sua gravidez, no entanto, influencia no relacionamento com o bebê. Em contrapartida, para as mulheres que pretendem seguir uma carreira profissional e investir nos estudos, ser mãe pode ser algo conflituoso, levando em consideração que as mães são essenciais para o desenvolvimento do filho, pois para sobreviver dependem totalmente dos adultos. As funções relacionadas à maternidade levam um longo período de tempo, enquanto os filhos são bebês, até entrarem na fase adulta e buscarem seus destinos. Dessa maneira, Prates e Gonçalves apontam que:

[...] a condição de ser mulher perdura para a vida toda, enquanto que a maternidade passa por situações diferentes, desde a total dependência dos filhos até a sua autonomia, período em que, embora existindo vínculos afetivos, os filhos não dependem mais dos cuidados maternos (2019, p. 7).

Esses fatos mostram o quanto é fundamental a presença da mãe nos primeiros meses de vida do filho. Entretanto, nem sempre é dessa forma que acontece. As mães que precisam realizar outras funções sociais, como trabalhar ou estudar, precisam se adequar a uma realidade nova, que antes desconheciam. Essa

nova realidade gera um grande desafio para quem torna-se mãe durante a graduação. Todavia, conforme argumentam Matos e Morelli (2012), a educação e o trabalho feminino são fundamentais para que as mulheres sejam independentes e tenham os mesmos direitos dos homens.

2.3 SER MÃE ESTDANTE NO CONTEXTO ACADÊMICO

O ensino superior atualmente é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, pois, é responsável para a produção do conhecimento, “[...] é a base do desenvolvimento científico e tecnológico e que este é que está criando o dinamismo das sociedades atuais” (BRASIL, 2000, p. 33).

Partindo do pressuposto histórico, o ensino superior começou no Brasil no ano de 1808, com a chegada da família real. As mulheres começaram a frequentar as Universidades mais tarde no Brasil, tiveram o direito de ingressar na educação superior apenas no final do século XIX, com a autorização de D. Pedro II. foi aprovado uma lei que permitia a presença feminina na graduação, a primeira mulher a ter esse acesso, formou-se em medicina no ano de 1887 (QUEIROZ, 2001).

Com o aumento do ensino médio e acadêmico, a escolaridade feminina cresceu em várias categorias e campos de conhecimento. Por exemplo, entre 1970-1975, o número de mulheres matriculadas em Universidades aumentou cinco vezes. Nos anos seguintes, houve um grande aumento de mulheres na economia, transformando-as em pessoas mais competitivas e capazes de encarar preconceitos e resistências. Refletindo essas questões, Matos e Borelli salientam que:

Apesar de a presença feminina nas universidades ainda se concentrar nas áreas de Educação e Humanidades, observar-se ainda se a diversificação, com as mulheres presentes em outros campos como as Engenharias, a Arquitetura, a Medicina, a Veterinária e o Direito, numa sistemática consolidação de novas trajetórias profissionais (2012, p. 145).

No momento atual, de acordo com a estatística do acesso feminino na graduação superior, dados do Censo (2016) mostram que a maioria dos alunos matriculados em cursos de graduação são mulheres, com o total de 57,2%. A participação feminina também cresceu bastante no mercado de trabalho, exigindo uma maior especialização para permanência das mulheres em seus empregos.

Cursos superiores, além de tornarem as pessoas aptas para o mercado de trabalho, ajudam na formação reflexiva, crítica e humanista dos(as) estudantes. Tendo como exemplo o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), regulamentado por meio da Resolução Nº 11/2009, possui 8 (oito) períodos e oferece 30 (trinta) vagas por semestre. É um curso pautado em princípios éticos, em que o ingressante com sua capacidade intelectual pode exercer a

docência na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e nas instituições educativas. O curso oferece aos discentes meios de aprendizagens que valorizam a criticidade e interpretação para que possam intervir em situações educacionais e políticas presentes no País. É um curso composto em sua maioria por mulheres, sendo integrado frequentemente por estudantes grávidas.

Há diversas dificuldades no decorrer do curso, uma delas refere-se a mulheres serem surpreendidas por gravidezes inesperadas. Algumas não querem ou não estão preparadas para serem mães, quando percebem as dificuldades que irão enfrentar. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram o número de mulheres que são mães ou engravidaram durante o curso. “Segundo dados do Censo 2000, realizado pelo IBGE (2000), 8,81% das mulheres cursando o ensino superior, com idade entre 19 e 29 anos têm filhos na faixa etária de 0 a 4 anos” (URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 148). Essas mulheres são mães de crianças ou recém-nascidos, que, por vezes, precisam estudar para terem mais chances de entrar no mercado de trabalho e oferecer uma qualidade de vida melhor para seus filhos.

Para permanecerem estudando, as mães universitárias passam por diversas dificuldades, algumas permanecem e conseguem conciliar a maternidade com o curso e obtêm sucesso na vida acadêmica, outras desistem. Sobre o contexto acadêmico Uripia e Sampaio refletem que:

[...] no contexto das universidades, a chegada de um (a) filho (a) na vida de mulheres que fazem carreira no contexto acadêmico traz uma série de dificuldades, especialmente aquelas relacionadas ao preconceito de gênero e ao processo de conciliação entre maternidade e vida acadêmica (2011, p. 146-147).

De acordo com Costa (2018), o principal motivo para as mães trancarem ou desistirem dos cursos superiores é a falta de alguém para cuidarem dos seus filhos. Por esse motivo, algumas estudantes procuram cursos a distância, para não atrapalhar a vida profissional e poderem cuidar dos filhos.

A lei que ampara as estudantes gestantes é a Lei Federal Nº 202, de 17 de abril de 1975, que deferiu sobre os exercícios domiciliares, determinados pelo Decreto-Lei nº 1044, de 21 de outubro 1969.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de

exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969.

Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (BRASIL, 2016).

A licença maternidade garante o direito de a mãe ficar em casa por um tempo. A Universidade, regida pela legislação, oferece o direito de a estudante ficar afastada da Instituição por três meses, sem levar faltas. Durante esse período, se dividem entre cuidar do bebê e fazer as atividades acadêmicas passadas pelos professores(as). É um período denso e exaustivo, que as estudantes precisam de esforço para não serem reprovadas, visto que o rendimento e a assimilação de conteúdos não são os mesmos de antes. Prates e Gonçalves mostram que:

Muitas vezes, essas alunas, que se dividem entre as preocupações com as atividades acadêmicas, domésticas e maternidade, não conseguem assimilar os conteúdos das disciplinas da mesma forma que antes. E após o afastamento, as mães se deparam com o acúmulo de atividades acadêmicas a serem desenvolvidas, como estágios, elaboração de trabalhos, avaliações, etc., devendo cumprir da mesma forma que antes ou correm o risco de reprovação (2019, p. 3).

A licença maternidade para as mulheres que trabalham em espaços públicos é diferente. Pode durar entre quatro a seis meses. Para melhor entendimento, Prates e Gonçalves (2019, p. 9) abordam que: “Enquanto a Constituição Federal de 1988 prevê 120 dias de afastamento, a legislação educacional garante apenas 90 dias, tal situação acaba ferindo um dos direitos constitucionais da mulher e mãe acadêmica”.

Com o nascimento do bebê, os professores(as) solicitam as atividades para que a estudante realize em sua residência. Na maioria das vezes, os professores(as) verificam as atividades com os meios de comunicações disponíveis e também oferecem o suporte necessário para um bom rendimento da aluna, mesmo que não esteja participando das aulas, além dos funcionários e

coordenadores do curso que dão suportes e ajudas necessárias para que não ocorram desistências por parte da universitária (PRATES, GONÇALVES, 2019).

Com o retorno para as aulas, após a licença maternidade, algumas mulheres encontram dificuldades de aprendizagens, e não conseguem acompanhar as aulas devidamente. O rendimento escolar acaba sendo inferior, em relação a outros estudantes; considerando que:

[...] após esse período de distanciamento formativo elas não conseguem aprender o que é ensinado, muitas vezes, encontrando dificuldade de compreender os saberes universitários devido a esse afastamento e a nova função de ser mãe acadêmica (PRATES, GONÇALVES, 2019, p. 9).

Na Universidade Federal de Campina Grande, a licença gestante, regida pela Lei N° 6.202, de 17 de abril de 1975, pode ocorrer de duas formas: a partir do início do oitavo mês de gravidez ou a partir do nascimento do bebê, conforme estabelece o Art. 85 da Resolução N° 26/2007. Se a licença for solicitada antes do nascimento bebê, é necessário mostrar a declaração médica e após o nascimento, apresentar a certidão de nascimento ou atestado médico, alegando a data que o bebê nasceu. Antes de dar entrada no programa licença maternidade, é necessário que as alunas façam um cadastro na plataforma SEI (Sistema Eletrônico de Informação), para que processo seja aprovado, esse mecanismo facilitou bastante a vida das estudantes, principalmente as que não moram na cidade que estudam, pois, ao bebê nascer podem enviar o comprovante do nascimento por e-mail, e lá eles anexam nos documentos da estudante.

Na UFCG, de acordo com um levantamento feito na Coordenação do Curso de Pedagogia e dados da plataforma SEI, identificou-se que 29 alunas do curso de Pedagogia engravidaram durante a graduação e fizeram uso da licença maternidade, de 2016 até maio de 2021. Infelizmente, algumas dessas alunas desistiram da graduação, embora a maioria tenha conseguido concluir.

A Universidade acolhe as estudantes que engravidam, mas esta realidade não elimina o direito do afastamento para os estudos em casa. Mesmo que ocorram dificuldades durante o distanciamento ou no retorno das aulas, a licença maternidade é o único meio para que as mães acompanhem seus bebês nos primeiros meses de vida, e também realizem as atividades passadas pelos docentes. Além de que podem tirar as dúvidas existentes sobre os exercícios se comunicando com os professores(as).

É dever dos(as) professores(as) prestarem apoio, de acordo com a leis citadas acima. Também é importante o apoio de outros funcionários da instituição, como os coordenadores do curso, para que as discentes não desistam do processo de formação, tendo em vista que, nesse processo transitório de suas vidas, as estudantes mães precisam de um suporte maior.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para coleta de dados, a pesquisa adotou a aplicação de questionários a discentes e a docentes. Em virtude da pandemia do novo Corona vírus ¹, os questionários foram aplicados de forma *online*, sendo enviados via e-mail para 3 (três) professores e 5 (cinco) alunas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), localizada na cidade Cajazeiras-PB. As alunas com idade entre 19 (dezenove) e 30 (trinta) anos, todas mantinham vínculos com a Universidade, no momento da pesquisa, atendendo assim aos critérios do estudo.

De acordo com Rampazzo (2015), metodologia está relacionada ao conceito de “método”. Sendo, portanto, o meio utilizado para alcançar os objetivos e os resultados almejados da pesquisa, no contexto acadêmico. Para Martins e Theóphilo (2009), a metodologia no contexto acadêmico deve ser definida conforme o tipo, o objetivo e os instrumentos que serão aplicados pelos autores.

Os tipos de metodologias são variados, sendo utilizada neste trabalho a pesquisa de campo, com o objetivo exploratório. A pesquisa exploratória tem por finalidade o alcance de mais informações sobre o assunto que será investigado, possibilitando suas definições e delineamentos, formulação de hipóteses com o enfoque para o tema. A escolha da pesquisa de campo, assim, motivou-se pelas investigações se darem por coletas de dados junto com as pessoas que estão envolvidas no problema, via e-mail, por meio de entrevistas.

Gerhardt e Silveira (2009) refletem que a pesquisa exploratória busca uma maior aproximação com o problema, com o objetivo de encontrar soluções para os possíveis problemas, por meio da coleta de dados. A pesquisa exploratória permite uma maior aproximação entre o pesquisador e o estudo, deste modo, tornando-se mais fácil e claro a formulação de hipóteses e o desenvolvimento de ideias (GIL, 2018).

Para alcançar os objetivos apresentados, a abordagem da pesquisa seguiu de forma qualitativa, com a intenção de analisar os dados fornecidos pelas estudantes, além de explicar e compreender as práticas das ações sociais. O estudo procurou

¹ O desenvolvimento da pesquisa empírica se deu em 2021, quando as atividades acadêmicas na UFCG, em virtude da pandemia, estavam se realizando no formato remoto.

entender as dificuldades enfrentadas com a conciliação da maternidade e estudos, e as políticas públicas da Universidade voltadas às universitárias mães. Gerhardt e Silveira (2009) argumentam que “[...] a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social”.

Assim, para apoiar a exploração do objeto de estudo e alcance do objetivo delimitado, este estudo envolveu a revisão bibliográfica e a pesquisa documental relacionadas ao tema, compreendendo leituras de livros e materiais encontrados nas plataformas, como biblioteca virtual e Scientific Electronic Library Oline (SciELO). Segundo Gil (2002), pesquisas bibliográficas são desenvolvidas com base em materiais já elaborados, tais como artigos científicos e livros. Nesse sentido:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2002, p.44).

Outra vantagem da pesquisa bibliográfica é que a revisão de literatura é a base para que a pesquisa seja bem elaborada, além de ser uma das principais etapas para o planejamento de estudo científico. Quanto à pesquisa documental, as fontes são mais diversificadas, há documentos de “primeira mão” que não recebem nenhum tipo de tratamento analítico. Assim, nesta categoria, estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Por outro lado, há os documentos de “segunda mão”, tais como: tabelas de estatísticas e relatórios de pesquisas (GIL, 2002).

Resumindo, as vantagens da pesquisa documental são: os documentos podem ser ricos em informações e amostra de dados, assim como o seu custo é baixo em relação a outras pesquisas e não exige contato com os sujeitos da pesquisa (GIL, 2002).

Nesse sentido, em relação às fontes documentais dessa pesquisa, foram consultados, conforme anunciado em seções anteriores, os seguintes documentos oficiais: Plano Nacional da Educação; Lei Federal Nº 202, de 17 de abril de 1975, instituído pelo Decreto Lei n. 1044, de 21 de outubro 1969; Lei Federal Nº 202, de 17 de abril de 1975, que deferiu sobre os exercícios domiciliares, determinados pelo

Decreto-Lei nº 1044, de 21 de outubro 1969; Resolução Nº 26/2007 que homologa o Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal de Campina Grande; Resolução Nº 11/2009, que altera a estrutura curricular do Curso de Graduação em Pedagogia, do Centro de Formação de Professores–Campus de Cajazeiras (UFCG); além de dados obtidos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), acerca da situação de estudantes mães no curso de Pedagogia (CFP/UFCG).

A parte investigativa propriamente empírica do estudo realizou-se através de entrevistas para as estudantes e os(as) professores(as). Em função da pandemia do Corona vírus, conforme já anunciado, a aplicação dos questionários foi realizada de forma remota, via e-mail, com o prazo de uma semana para as questões serem respondidas. Foram entrevistados(as) duas professoras e um professor, docentes da UFCG, atuantes no curso de pedagogia. No que diz respeito a entrevistas, Duarte ressalta que:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (2004, p. 215).

Para as alunas, o método utilizado foi um questionário² com o intuito de alcançar as respostas aos objetivos deste trabalho. Cinco alunas do curso de pedagogia, integrantes da UFCG responderam ao questionário. No que diz respeito a questionário, Gil ressalta que: “A elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Naturalmente, não existem normas rígidas a respeito da elaboração do questionário” (GIL, 2002, p. 116). Desse modo, o contato com as pessoas que forneceram os dados da pesquisa iniciou-se através de uma apresentação do objetivo da pesquisa, para que os participantes pudessem entender a proposta da pesquisa e com isso fornecer os dados.

Para participar da pesquisa, as estudantes precisariam se inserir nos critérios previamente estabelecidos, que foram: ser estudante do curso de pedagogia e ter

² Ver o Questionário aplicado às discentes no Apêndice I.

vivenciado a maternidade durante o curso. Enquanto para a participação dos(as) professores(as)³, o foco principal consistia em entender a maneira que eles e elas lidam com a licença maternidade e os trabalhos enviados para as discentes enquanto elas estão ausentes das aulas presenciais.

Foram coletados dados de 2 (duas) professoras e 1 (um) professor da Universidade Federal de Campina Grande, e 5 (cinco) alunas da UFCG, localizada na cidade de Cajazeiras, todas estudantes de Pedagogia. Optou-se por não divulgar nomes dos sujeitos da pesquisa na escrita monográfica, adotando assim o uso de pseudônimos para identificação. Para as estudantes o uso de letras (A, B, C, D, E), e para os(as) professores(as) o uso de algarismos romanos (I, II, III), de acordo com a ordem de quem enviou primeiro o questionário respondido.

No período de aplicação dos questionários apenas uma estudante estava grávida, as outras 4 (quatro) já haviam tido seus filhos(as), e todas engravidaram na condição de estudante da UFCG. Em sua maioria, engravidaram na metade do curso, apenas uma engravidou no início.

Os questionários foram realizados de forma *online*, tendo em vista o momento de pandemia, na Universidade não estavam havendo aulas presenciais. Foram enviados e-mails, com o prazo de uma semana, porém todas responderam no mesmo dia. As participantes da pesquisa possuem idade entre 19 e 30 anos. Dentre as 5 (cinco), duas gravidezes eram consideradas de risco.

Posteriormente, foi avaliado se alguma das mães pretendia trancar o curso em virtude da gravidez, apenas uma respondeu que sim, pois a sua gravidez era de alto risco e ela não pôde fazer o estágio supervisionado naquele momento. De todas as participantes, apenas uma mora em Cajazeiras. O deslocamento de uma cidade para outra causa desgaste físico, principalmente quando se estar grávida ou quando se têm filhos, o tempo acaba ficando reduzido. Entende-se que a dificuldade e a distância de acesso podem influenciar na taxa de desistências na graduação.

3.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta parte da análise resultou em um recorte das experiências das mães estudantes no processo de avaliação da Universidade em relação à licença

³ Ver o Questionário aplicado aos(às) docentes no Apêndice II.

maternidade e ao suporte que a Universidade oferece para elas, o esboço sobre exercícios domiciliares e os desafios ao conciliar estudos e maternidade. E também as motivações que instruíram elas a permanecerem no curso. Segundo Lima (2007), muitas mães estudantes passam por algum tipo de dificuldade quando se tem um filho, levando ao afastamento do curso com a intenção de um dia voltar, mas nem sempre essa realidade acontece, pois, devido aos obstáculos, acabam desistindo de vez. Nesse sentido, ao serem questionadas se iriam trancar o curso, apenas uma respondeu que sim, relatando: “Irei trancar porque a minha gravidez é de alto risco e não poderei realizar o estágio supervisionado nesse período (Estudante A)”.

Mesmo tendo que adaptar as atividades da Universidade e a rotina com o bebê, além dos cuidados domésticos, funções que são atribuídas culturalmente às mulheres, a maioria das estudantes consegue prosseguir e buscar uma carreira profissional. Mesmo que, em alguns casos, elas precisem trancar o curso por algum tempo. Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) salientam que as mulheres focadas em sua profissionalização, não suspendem a trajetória por causa da licença maternidade, mas entendem que tanto a profissionalização quanto os cuidados com bebê são importantes.

Dando continuidade às perguntas, foi questionado como as mães avaliam a Universidade, em relação à licença maternidade (péssimo, ruim, regular, bom ou ótimo), justificando, assim, suas respostas:

O período de licença é bastante complicado para a aluna, alguns professores não encaminham os conteúdos que estão passando em sala, fazendo com que a dificuldade da aluna aumente para realizar as atividades avaliativas, inclusive, alguns professores sequer passam exercícios sobre o assunto abordado na disciplina, só passam as atividades avaliativas para fechar nota (Estudante B).

A Universidade em si, os trâmites para se afastar é muito bom, o ruim é que professores mandam as atividades enormes, deviam mandar o conteúdo antes para a pessoa estudar (Estudante C).

Acredito ser um tempo em que a mãe precise para ficar junto do seu filho, e a faculdade deve aumentar esse tempo, até mesmo por conta da amamentação (Estudante D).

O que justifica avaliar a Universidade como regular em relação a licença maternidade é o fato de ter tido a necessidade do direito e ter percebido falhas no tocante a falta de compromisso dos professores desta Instituição com o envio das atividades para que eu pudesse estar acompanhando a turma no dado momento. Tanto que quando retornei, passei por pressões psicológicas em razão das demandas das atividades atrasadas (Estudante E).

A maioria das estudantes avalia de forma “regular” a Universidade em relação aos exercícios domiciliares, evidenciando as insatisfações relatadas. A estudante B expõe que é um período complicado, alegando que alguns professores não encaminham atividades baseadas nas aulas e sim atividades avaliativas com a finalidade de fechar a nota. A participante E relata ter passado por uma experiência ruim, tendo atrasado suas atividades por não as ter recebido em tempo hábil. A participante D mostra-se insatisfeita com o tempo da licença maternidade, alegando que precisa de mais prazo devido à amamentação. Esse prazo é regido por lei (Lei Nº 6.202, de 17 de abril de 1975), correspondente a 90 dias de licença maternidade, o que necessitaria de meios legais para alteração e que não comprometessem o período decorrente da universidade, que, no caso da UFCG, corresponde a 100 dias letivos (aproximadamente três meses). Diante a vigente legislação, esse prazo se justifica para viabilizar que a estudante participe de alguns dias presenciais nas aulas dentro do período, comprometendo o processo acadêmico.

A licença maternidade é um mecanismo que assegura à estudante realizar atividades passadas por professores(as), enquanto estão ausentes das aulas, para que tenham o mínimo de prejuízo em seu percurso acadêmico, independentemente do afastamento, de acordo com os artigos 85 a 91 da Resolução CSE/UFCG Nº 26, de 13 de setembro de 2007. Qualquer descumprimento da Resolução é de responsabilidade da Instituição, sobretudo dos(as) professores(as) que não cumpriram com a legislação.

Em relação à amamentação, como cita a participante D, a Universidade não proíbe que a mãe amamente o bebê, em intervalos durante as aulas, tendo em vista que a maioria dos bebês recebe amamentação exclusiva nos seis primeiros meses e assim recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS), “[...] que preconiza o aleitamento materno contínuo até os dois anos ou mais, sendo exclusivo nos primeiros seis meses de vida” (BRASIL, 2015).

Diante dos relatos das estudantes, percebe-se a dificuldade de conciliar a vida acadêmica e os cuidados com a criança, podendo refletir em seu rendimento e aprendizado, problemática também relatada por Prates e Gonçalves (2019). Assim, entende-se a importância do apoio dos professores e funcionários da instituição nesse momento, compreendendo a situação e apoiando as alunas no decorrer desse processo, viabilizando um suporte para evitar as desistências (PRATES; GONÇALVES, 2019).

Os(as) professores(as) participantes da pesquisa também responderam uma pergunta semelhante à das estudantes, relacionado a importância da licença maternidade para as estudantes que se tornaram mães; as respostas foram:

É importante para que a aluna não perca o contato com a instituição de ensino, e de algum modo, não atrase a continuidade e conclusão do seu curso, e possa manter a sua vida de estudos (Professor I).

Em primeiro lugar, porque é um direito, é um exercício de cidadania exercido pelas mulheres mães de crianças pequenas. Em segundo lugar, é importante porque mantém o processo formativo, o qual pode acontecer de múltiplas formas, tanto coletivamente quanto individualmente (Professora II).

Importância não sei, é lei faço porque está no regimento da instituição (Professora III).

Os(as) professores(as) ressaltaram que esse período de licença é importante porque as discentes não perdem o vínculo com a Instituição e não atrasam a conclusão do curso, além de ser um exercício de cidadania. Como abordado no estudo de Prates e Gonçalves (2019), esse suporte é necessário na intenção de prezar pelo bom rendimento da aluna, mesmo que não esteja participando das aulas, evitando desistências.

Retomando o questionamento às discentes, no que se refere aos prazos que os professores oferecem e se conseguiram realizar as atividades, as respostas foram:

Consegui, porém, alguns professores não repassavam o conteúdo visto em sala de aula, o que dificultava muito o aprendizado, algumas vezes dependia que colegas de sala explicassem o conteúdo. Porém, os professores que passaram conteúdos e atividades, estavam dispostos a tirar dúvidas e consegui realizar as atividades desses. Cerca de duas semanas. Os professores em relação à entrega de atividades eram bastante compreensivos (Estudante B).

Como já mencionei tive problemas com relação aos exercícios domiciliares, pois durante a licença não tive assistência, nem tampouco compromisso dos docentes para com o envio das atividades. Quando resolviam me enviar atividades estabeleciam um prazo de uma semana (Estudante E).

Sim, consegui realizar os exercícios domiciliares propostos pelos professores. Achei razoáveis em relação a dificuldade, achei que estavam dentro das minhas possibilidades, pra mim não teve dificuldades. Sinceramente eu não lembro. Mas a maioria era trabalhos, só uma disciplina que era produções de textos com um prazo curto de entrega (Estudante C).

Nesses trechos, as discentes abordam sobre a elaboração das atividades domiciliares, evidenciando problemas nessa execução. Conforme a legislação já abordada anteriormente, a licença maternidade assegura a estudante realizar atividades passadas pelos(as) professores (as), entretanto, essa aluna não participa da aula e explicações, conseqüentemente podendo gerar deficiência no aprendizado do conteúdo, e, assim, dificuldades para realização das atividades. Todavia, a aluna C relata que conseguiu tranquilamente elaborar os exercícios e que não teve dificuldades, porém reforça questões do curto prazo para entrega.

Quanto aos(às) docentes, foi indagado se as alunas conseguem obter bom rendimento na disciplina, enquanto estão de licença maternidade, as respostas foram:

Na grande maioria dos casos, as alunas não obtém um bom rendimento, pois além das demandas com a amamentação e cuidados especiais e integrais para com o bebê, em domicílio, as alunas são privadas de explicações e discussões presenciais em sala de aula que são muito importantes para a compreensão e a apreensão dos conteúdos tratados nas aulas (Professor I).

É relativo. Existem perdas e ganhos. É possível assegurar que os saberes cognitivos são adquiridos por meio das leituras, palestras on-line e vídeos, mas a aprendizagem obtida nas interações com o grupo fica comprometida (Professora II).

No caso em que já ministrei sim (Professora III).

Essas questões vão de acordo com o período do curso, há períodos que são leves, outros mais difíceis, do convívio da mãe com o bebê e também da relação que as alunas mantêm com os(as) professores(as). A aprendizagem fica de certa forma comprometida, pois não há o contato com a sala de aula, com as explicações dos(as) professores(as).

Ao serem questionadas sobre a volta às aulas, após a licença maternidade, e o que motivou a volta para a sala de aula, as respostas das alunas foram:

Foi complicado, o meu bebê era bem pequeno. O que motivou foi a vontade de me formar e ter uma profissão (Estudante C).

Já passei pelo o período de licença, e não tenho comigo boas recordações. Pelo o fato de como vivenciei tal experiência. Porém, o que me motivou a retornar e não desistir foi a vontade de concluir o curso independente dos desafios que apareceriam dali por diante por conta da maternidade. E uma outra motivação foi meu filho, por desejo de proporcionar a ele uma vida melhor e servir de exemplo para ele quando porventura na sua caminhada pensar em desistir.

Quero poder incentivá-lo a acreditar que podemos conquistar nossos objetivos com a mesma garra que tenho hoje. E também porque não quero fazer parte de um número de mulheres que se deixaram vencer pelos os obstáculos que a vida nos impõe, enquanto mulheres, mães, e no meu caso negra e pobre. É com essa mentalidade de desconstruir os equívocos sociais que busco fazer dos percalços do dia a dia pontos de partidas para trilhar caminhos de esperança. Aquela esperança que Paulo Freire também acreditou que é difícil, mas não impossível (Estudante E).

As informações evidenciam que as estudantes passaram por dificuldades no período de afastamento, que de alguma forma interferiram na aprendizagem. A falta da explicação dos(as) docentes, por elas estarem ausentes da sala de aula, e por terem que executar várias tarefas em casa. De acordo com Nascimento (2004, p. 227): “A licença maternidade tem dois objetivos: possibilitar à mulher a recuperação física do parto e a possibilidade da presença da mãe com a criança em tão importante período”. Portanto, o objetivo da licença maternidade é proporcionar circunstâncias para que as mães possam ter contato frequente com o bebê e cuidar da saúde, nesse período tão delicado.

Dando continuidade à exposição e discussão dos dados coletados, foi questionado às mães quais os problemas que elas passaram/passam ao conciliar estudos e maternidade; os argumentos foram:

Conciliar gravidez e faculdade não é nada fácil. Necessita de muito esforço, pela demanda de cuidar de uma criança integralmente e ao mesmo tempo ter foco para estudar e fazer trabalhos acadêmicos (Estudante D).

O cansaço físico foi o principal problema que enfrentei durante a minha gestação enquanto estudante universitária. Pois, moro no Ceará, em uma cidade chamada Baixio, enfrentava uma hora de viagem em transporte coletivo até chegar no Campus. No traslado de ida e volta passava duas horas de viagem. Ao chegar em casa me debruçava nas atividades das disciplinas e também domésticas. Não foi fácil conciliar vida particular e acadêmica, mas consegui com muitos esforços. Frequentei a Universidade até o oitavo mês de gestação, vivendo a mesma rotina de todos os dias. A barriga foi pesando, mas não fraquejei, e hoje vejo o quanto foi gratificante. Uso muitos dos conhecimentos que adquiri para ajudar no desenvolvimento do meu filho, e com isso para mim não tem nada que me deixe tão feliz como poder ajudar meu filho em seu desenvolvimento (Estudante E).

Um dos problemas ao conciliar estudo e gravidez foi as mudanças físicas e psicológicas. O cansaço físico, principalmente porque eu ia para a universidade e voltava para casa a pé, as cadeiras da universidade também não colaboravam. Porém, senti mais

dificuldade após que minha filha nasceu, em relação a adaptação entre estudos e cuidado com minha filha, por ser mãe solo, foi difícil arrumar uma pessoa para cuidar dela, entre outros problemas (Estudante B).

Muito estresse, ansiedade. Não é fácil conciliar tais coisas. (Estudante C).

Conciliar gravidez e estudos realmente não é fácil, exige esforço físico e mental, além do mais, a maioria precisa conciliar também com atividades domésticas. Simone de Beauvoir (1970) reflete que, historicamente, os serviços domésticos são de responsabilidade feminina na visão social, destacando que,

[...] disso resulta que a mulher pode mais dificilmente do que o homem conciliar a vida familiar com o papel de trabalhadora. No caso em que tal esforço é exigido dela pela sociedade, sua existência faz-se muito mais penosa que a do marido (BEAUVOIR, 1970, p.173).

Desse modo, mesmo com as lutas e conquistas de direitos, as mulheres ainda precisam se adaptar e dividir o tempo, entre as várias tarefas de âmbito privado e público das relações produtivas.

Na UFCG, existem muitos(as) alunos(as) que moram nas cidades vizinhas, tornando mais cansativo para as estudantes grávidas ou mães que precisam se deslocar, como evidencia a participante E, que, durante os oito meses de gravidez, deslocou-se da sua cidade para o campus. Tornando-se um exemplo de superação, pois, diante de tantas dificuldades, não desistiu do curso.

No caso da estudante B, a sua dificuldade maior foi encontrar alguém que ficasse com a sua filha durante a sua ausência, tendo em vista que ela é mãe solo. Esse fato mostra o quanto a classe masculina é privilegiada, visivelmente naturalizada pela sociedade, que, na maioria das vezes, impõe os cuidados com o filho apenas sob responsabilidade da mãe.

Observando os relatos, é notável que conciliar estudos e maternidade é uma realidade complexa, exigindo sacrifícios para cada uma das estudantes entrevistadas, mas que, apesar dos entraves, a maioria consegue superar as dificuldades existentes vivenciadas durante essa experiência, realizando as atividades propostas. Nesse sentido, é importante salientar que cada uma dessas mães traz consigo medos, inseguranças, contribuições e expectativas que precisam

ser ouvidas dentro do espaço acadêmico, que é amplo em diversidade, sem calar discursos, histórias e saberes (SAMPAIO, 2008).

Os dados adquiridos com a pesquisa apontam a um novo olhar sobre a maternidade no contexto acadêmico, pois com os desafios enfrentados, a maioria das estudantes são conduzidas a buscarem a formação pela realização profissional e pessoal. Nota-se a importância de serem realizadas discussões acerca dessa realidade de estudante e mãe no contexto acadêmico, com a incorporação de políticas públicas voltadas a alunas gestantes, que promovam debates e a busca por melhorias para facilitar essa vivência a partir de ações Institucionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir essa pesquisa e escrita do trabalho monográfico foi uma experiência difícil e desafiadora, visto que também fui mãe durante a graduação. Além de conciliar estudos e maternidade, tive que dividir o tempo também com o trabalho e serviços domésticos. Para conseguir concluir a graduação, é necessário agregar o pouco tempo que se dispõe com as responsabilidades dentro e fora da Universidade.

Com a realização da pesquisa, constatou-se que os problemas enfrentados pelas estudantes-mães são reais, que cada mãe passa por obstáculos diferentes, sendo o grau de dificuldade dependente do seu convívio com o filho e com sua rede de apoio; além da leveza do período do curso, pois há períodos que são mais difíceis, como o período do estágio e de conclusão de curso. Existem várias circunstâncias desafiadoras e diversas funções realizadas por elas. Assim, o apoio institucional da Universidade é essencial para permanências dessas estudantes.

Mesmo com as adversidades, a maioria das estudantes consegue concluir o curso, sem precisar trancar ou desistir. A motivação delas não está apenas na realização pessoal, mas também no desejo de dar um bom exemplo e uma vida melhor para os filhos. A formação profissional pode mudar a vida das pessoas e proporcionar mais oportunidades de emprego.

Diante das respostas das estudantes pôde ser visto que o regime domiciliar se apresentou falho para algumas. Acarretando assim queda de rendimento e dificuldade de aprendizagem. Os(as) professores(as) entrevistados(as) constatam que são flexíveis em relação às atividades e que optam por enviarem produções de texto para as alunas. Com os desafios enfrentados, o apoio da Universidade é de suma importância para que não ocorram evasões desse público.

Nesse sentido, considera-se a importância de haver nas instituições formativas espaços específicos para crianças. A criação e o acompanhamento pedagógico às crianças, nesses espaços, consistiriam em um avanço para a educação e incentivo para que mais mulheres adentrassem no âmbito acadêmico.

Tendo em vistas as discussões propostas neste trabalho, cujo objetivo foi investigar os principais problemas que as estudantes mães enfrentam ao conciliar estudos e maternidade, almeja-se que o texto monográfico possa servir de inspiração para novos estudos que venham a abordar o tema, a fim de melhor

entender essa realidade. Pesquisas futuras podem ser aplicadas de forma empírica em outros locais, a fim de compreender essa situação em diversas realidades, como, por exemplo, permitindo comparativos entre capitais e cidades do interior, universidades que possuem a creche universitária e outras que não possuem, particulares e públicas, ou até mesmo comparar universidades distintas em uma mesma cidade, observando se há diferença na vivência dessas alunas.

Diante o exposto, que permitiu reflexões sobre a realidade das alunas que vivenciam a maternidade durante os percursos da vida acadêmica, considera-se que os meios remotos e atualizações tecnológicas, conforme a realidade atual, poderiam ser melhor aproveitados, viabilizando algumas ferramentas e propostas para promover um melhor aprendizado das alunas.

A universidade pode se reestruturar e disponibilizar ferramentas para que as alunas possam assistir as aulas de forma remota, sejam gravadas ou até mesmo ao vivo, durante o momento que o(a) professor(a) desenvolve a aula. Também poderia constar no plano de aula do(a) docente, links com videoaulas que possam oferecer as alunas, para que complementem seus estudos.

Outra proposta poderia ser a construção de creches universitárias, a exemplo da UFCG sede em Campina Grande, que possui uma Unidade Acadêmica de Educação (UAE), uma escola que prioriza filhos de estudantes e funcionários da Universidade. Seria uma ideia a ser repensada para outras Instituições de ensino, na qual matriculassem filhos de estudantes conforme suas necessidades/critérios (moradia em outra cidade, sem familiares ou que trabalhem). Além do benefício do auxílio, o ambiente pode ser local de estágio para os(às) alunos(as). Entende-se que essa proposta requer um investimento alto, o que talvez não seja viável para o momento, mas é algo a se refletir para implementação futura.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 4. ed. Tradução de Sérgio Milliet. Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Tradução de Maria Helena Kühner – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Congresso Nacional. Plano Nacional da Educação**. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL, Lei Federal Nº 202, de 17 de abril de 1975, instituído pelo Decreto Lei n. 1044, de 21 de outubro 1969. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, 17 de abril de 1975; 154º da Independência e 87º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6202.htm. Acesso em: 2 dez. 2020.

CARNEIRO, SUELI. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

COSTA, L. P. **Mães universitárias ainda são 'órfãs' na UFS**. Blog do Contexto Online UFS. Blog do Jornal Laboratório do Departamento de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe, 21 mai 2008. Disponível em: <http://blog-contexto-ufs.blogspot.com/2008/05/mes-universitrias-ainda-so-rfs-na-ufs_7495.html> Acesso em: 25 ago. 2021.

COUTINHO, Emília *et al.* **Gravidez e parto**: O que muda no estilo de vida das mulheres que se tornam mães? São Paulo, 2014.

DUARTE, L. F.; LEAL, O. F. **Doença, sofrimento e perturbação**: perspectivas etnográficas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

FALCKE, D.; WAGNER, A. (2005). **A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade**: Definição de conceitos. In A. Wagner (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODRIDGE, Tracey. **Minha mãe é fabulosa!**. São Paulo: Universo dos livros, 2011.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, p.117-132, jun. 2008.

LOURO, GUACIRA LOPES. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Editora: EPU Pedagógica e Universitária, 1986.

MARTINS, Gilberto; THEÓPHILO, Carlos. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 126-147.

MELO, M. C. O. L.; LOPES, A. L. M. **Empoderamento de mulheres gerentes**: a construção de um modelo teórico de análise. Salvador, 2012.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 30. ed. São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**: Aprendizado e desenvolvimento. Um processo sócio-histórico. 4. Ed. São Paulo: Scipione, 1997.

PAIM, H. H. S. Marcas no corpo: gravidez e maternidade em grupos populares. In: DUARTE, L. F. D.; LEAL, O. F. (Org.). **Doença, sofrimento e perturbação**: perspectivas etnográficas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

PRATES, Solange; GONÇALVES, Joseane. Educação Superior e Relações de Gênero: Atividades domiciliares para Mães Estudantes de Pedagogia. In: **Rev. Inter. Educ. Sup.** v. 5, Campinas – SP, 2019.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Rio Grande do sul, 2013.

QUEIROZ, D. M. O acesso ao ensino superior: gênero e raça. In: **Caderno CRH**, n. 34, 2001, p. 175-197.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. Editora: Edições Loyola, 2005.

RESOLUÇÃO Nº 26/2007. Homologa o Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal de Campina Grande. Serviço Público Federal, Universidade Federal de Campina Grande, Conselho Universitário, Câmara Superior de Ensino, 2007.

RESOLUÇÃO Nº 11/2009. Altera a estrutura curricular do Curso de Graduação em Pedagogia do Centro de Formação de Professores–Campus de Cajazeiras desta Universidade, fixada pela Resolução CSE/UFPG nº 05/2004, e dá providências. Serviço Público Federal, Universidade Federal de Campina Grande, Conselho Universitário, Câmara Superior de Ensino, 2009.

SAMPAIO, S. M. R. Observatório da Vida Estudantil: histórias de vida e formação na educação superior. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA, **Anais [...]**, 2008.

SCOTT, J. W. **O Enigma da Igualdade**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, n. 1, p.11-30, janeiro-abril/2005.

SILVA, Sergio. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicologia, ciência e profissão**. n. 20, v. 3, p. set. 2000.

THÉBAUD, F. A grande guerra. O triunfo da divisão sexual. DUBY, G.; PERROT, M. (Orgs.). **História das mulheres no ocidente**. São Paulo: Afrentamento, 1991

URPIA, Ana; SAMPAIO, Sônia. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR (Org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador, 2011.

URPIA, Ana. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico**: narrativas de um self participante. Salvador-BA, 2009.



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO (DISCENTES)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ANA FABRICIA ROLIM BRASILEIRO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar os principais problemas que as gestantes passaram ou as mães passaram ao conciliar estudos e gravidez, na Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras, no curso de Pedagogia. Agradeço a sua colaboração nessa pesquisa.

NOME: _____

1. Você está grávida?()

Sim

() Não

2. Qual a sua faixa etária?

() até 18 anos

() entre 19 e 23 anos

() entre 24 e 30 anos

() entre 31 e 40 anos

() entre 41 e 50 anos

3. Qual período do curso de Pedagogia você está?(

) entre o 1º e 3º período

() entre o 4º e 6º período

() entre o 7º e 10º período

4. A sua gravidez foi planejada?(

Sim

Não

5. A gravidez é/foi de risco?()

Sim

Não

6. Irá trancar ou desistir do curso por conta da gravidez?()

Sim

Não

Se sim, justifique sua resposta:

7. Como você avalia a Universidade, em relação à licença maternidade?(

péssimo

ruim

regular

bom

ótimo

Justifique sua resposta:

8. Se já passou pelo período de licença-maternidade, como foi voltar às aulas?

9. Quais os problemas que você passa/passou ao conciliar estudos e gravidez?

APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO (DOCENTES)

Prezado(a) Professor(a):

Esta entrevista constitui instrumento de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Ana Fabrícia Rolim, formanda do curso de licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação da prof^a. Dr^a. Hercília Maria Fernandes. Sendo assim, o Questionário objetiva identificar os problemas e as dificuldades que as discentes “mães” enfrentam ao conciliar maternidade e vida acadêmica, no curso de Pedagogia da UFCG. Na condição de pesquisadora, gostaria de contar com a sua colaboração, por meio de sua participação nesta entrevista.

ENTREVISTA

1. Qual a importância do exercício domiciliar para alunas que estão de licença maternidade?
2. As alunas conseguem obter bom rendimento na disciplina, enquanto estão de licença maternidade?
3. Quais as dificuldades para o envio das atividades domiciliares?
4. Quais tipos de atividades você costuma adotar durante o atendimento domiciliar?
5. Você acha que a Universidade atende as necessidades das mulheres que estão temporariamente afastadas das aulas presenciais?
6. Quais aspectos pedagógicos poderiam ser modificados ou incorporados para minimizar as desistências das alunas após se tornarem mães?

